

Nietzsche e a Psicanálise*

Alfredo Naffah Neto**

Resumo: Este ensaio tematiza as relações possíveis entre a *genealogia* nietzschiana e a *psicanálise*. Examina, primeiramente, as controvérsias que permeiam a relação histórica entre a produção nietzschiana e a freudiana para, em seguida, exemplificar o uso da *genealogia nietzschiana* como ferramenta de avaliação crítica da *psicanálise*. Para tanto, toma a noção de *inconsciente*, discutindo as suas transformações ao longo da obra freudiana e os valores veiculados por essas mudanças. Conclui que a crescente identificação/sobreposição entre a noção de *inconsciente* e a de *complexo de Édipo* acabou por transformar a proposta de uma *abertura ao desconhecido* em uma nova forma de *modelagem familiar*.

Palavras-chave: genealogia – psicanálise – consciência – inconsciente – complexo de Édipo – abertura ao desconhecido – modelagem familiar

1. Nietzsche e Freud: controvérsias

Trazer Nietzsche para o interior do campo psicanalítico envolve questões polêmicas. Pois significa, necessariamente, lançar sobre a psicanálise as indagações críticas da *genealogia nietzschiana*, criando incômodo para a instituição psicanalítica, pelo menos para aquela que pretende se sustentar em “verdades universais”. Indo além do mero in-

* Trabalho apresentado na mesa-redonda “Atualidade de Nietzsche nas Ciências Humanas”, no XX Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ocorrido em Caxambu, em outubro de 1996.

** Psicanalista, Professor-Titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP.

cômodo, poder-se-ia, entretanto, questionar a própria validade de contrapor formulações teóricas exteriores entre si. Acontece que essa exterioridade constitui, ela própria, outra questão polêmica.

As relações históricas entre Nietzsche e Freud permanecem, até hoje, controvertidas. Embora os escritos de Nietzsche e de Freud sejam rigorosamente consecutivos, no sentido cronológico do termo, e os de Nietzsche já estejam bastante difundidos no fim do século XIX e começo do XX, Paul-Laurent Assoun aceita a tese de que Freud não tenha lido quase nada de Nietzsche, baseando-se em declarações do próprio criador da psicanálise (cf. Assoun 1, primeira parte). Já Ronald Leher (Leher 6) afirma existirem evidências históricas de que Freud conhecia os escritos mais antigos de Nietzsche e que, em 1908, teria discutido seções da *Genealogia da moral* e de *Ecce homo* com membros da Sociedade de Psicanálise de Viena. Chega a se perguntar, inclusive, se as leituras de Freud não teriam ido mais longe, dada a grande coincidência entre as idéias básicas de ambos os autores. De fato, uma dívida teórica de Freud para com Nietzsche é afirmada por psicanalistas importantes como Ernest Jones e Didier Anzieu, Jones enfatizando a correspondência entre o *super-ego freudiano* e a formação da *má-consciência*, descrita por Nietzsche; Anzieu dizendo que Nietzsche já descrevera anteriormente a *repressão* sob o nome de *inibição*, o *super-ego* e os *sentimentos de culpa* sob a forma de *ressentimento*, *má-consciência* e *falsa moralidade*, além de ter antecipado vários outros processos e conceitos [como a *volta dos impulsos sobre si próprios*, as *imagens paterna e materna*, a *renúncia imposta pela civilização aos nossos instintos* etc (*id.*, *ibid.*, p. 2-3)]. Indo nessa direção, poderíamos chegar a supor que Freud teria sido um mero continuador das idéias nietzschianas, desdobrando-as e dando-lhes um cunho terapêutico, o que, além de exagerado, pressupõe um achatamento indiscriminado de ambas as obras.

Michel Foucault considera Nietzsche, Marx e Freud como os grandes hermenêutas do século XX, por terem questionado a homogeneidade codificadora dos saberes – vigente desde o século XVI – encadeando os símbolos em redes inesgotáveis e tornando a interpretação

uma tarefa infinita e auto-reflexiva. Nesta perspectiva, os três autores são colocados lado a lado, mas sem qualquer tentativa de reduzir os respectivos pensamentos uns aos outros (Foucault 4). Gilles Deleuze dá um passo além, ao discriminar Nietzsche tanto de Freud quanto de Marx. Na sua avaliação, tanto o devir do marxismo quanto o do freudismo são *recodificadores* da sociedade e da subjetividade moderna, o marxismo recodificando através do Estado [“‘vocês estão doentes pelo Estado e serão curados pelo Estado’, não será o mesmo Estado” (Deleuze 3, p. 57)], a psicanálise fazendo o mesmo através da família [“estar doente pela família, curar-se pela família, não a mesma família” (*id.*, *ibid.*)]. Já Nietzsche, segundo ele, funda uma espécie de *contracultura*, pois “*através de todos os códigos, do passado, do presente, do futuro, trata-se para ele de fazer passar algo que não se deixa e não se deixará codificar. Fazê-lo passar num novo corpo, inventar um corpo em que isso possa passar e fluir: um corpo que seria o nosso, o da terra, o do escrito...*” (*id.*, *ibid.*, grifos meus). É um desdobramento deste ângulo interpretativo que pretendo desenvolver aqui.

2. Avaliando a noção de Inconsciente

São inúmeras as perspectivas a partir das quais se pode trazer Nietzsche para o campo psicanalítico e fazê-lo vibrar a sua crítica. Como é impossível, aqui, abarcar todas elas, escolhi uma que considero das mais importantes: a avaliação genealógica da noção freudiana de *inconsciente*.

É possível dizer que a maior reviravolta operada por Freud na cultura ocidental foi a postulação do *inconsciente* e a dimensão dada a esse inconsciente, a de fundamento do psiquismo. Outros pensadores do século XIX, entre eles o próprio Nietzsche, já haviam falado em processos inconscientes; nenhum deles, entretanto, o havia postulado como substantivo: o inconsciente, dando-lhe uma dimensão tópica ou criando uma terapêutica baseada na sua interpretação. A psicanálise se definiu, assim, desde o início, como uma espécie de teoria e prática do

inconsciente, em oposição à tônica vigente até então nas psicologias, que prestavam tributo à consciência como equivalente de psiquismo. Entretanto, talvez seja possível dizer, também, que a absorção cultural deste novo bacilo, que Freud diagnosticou ser portador de uma “peste”, em consonância com o próprio rumo que tomou o desenvolvimento posterior da psicanálise, transformou gradativamente o que poderia ter sido *o destronamento da consciência e a abertura ao desconhecido que nos atravessa e nos constitui* numa nova codificação da subjetividade pela família, o que quer dizer, pelas formas e valores que conformam a família burguesa. Trata-se, como veremos mais adiante, da absorção da noção de *inconsciente* pela de *complexo de Édipo*. Antes disso, convém situar brevemente o universo que Freud veio questionar.

A hegemonia da *consciência* na cultura ocidental, se somente se consolida tardiamente com Descartes, no século XVII, já vem preparada desde Sócrates e Platão. É Nietzsche quem nos mostra que esse processo faz parte de um projeto mais amplo, qual seja: *disciplinar e controlar o devir das forças*, criando uma *metafísica* e uma *moral* capazes de esconjurar a presença do *caos* e de fazer o mundo assentar-se sobre bases firmes. Em suma, de substituir a aventura e o risco pela previsibilidade racional.

No universo trágico, anterior ao socratismo, concebe-se o homem como um ser eminentemente descentrado, oscilando entre as múltiplas potências divinas, que podem possuí-lo a qualquer momento, e um movimento, ainda incipiente, de apropriação subjetiva. Nesse universo, nem a noção de *responsabilidade* existe totalmente formada; o homem trágico não possui *vontade própria*, na exata medida em que pode ser invadido e conformado por potências divinas e, nesses estados entusiásticos, cometer os crimes mais hediondos, assim como participar de estados místicos de bem-aventurança, fecundidade, êxtase. Nesse sentido, ele partilha da multiplicidade das forças vivas de forma direta, num mundo ainda fora da égide codificadora de Bem e Mal. Nessa mesma época, entretanto, o direito já procura instituir uma nova ordem: a do sujeito responsável, distinguindo crimes cometidos “de bom grado” dos cometidos “de mau grado”, ou seja, na ignorância ou com conheci-

mento de causa. Desta forma, no universo trágico, a avaliação da responsabilidade oscilava entre duas interpretações diferentes: por um lado, associava-se à noção de *falta* (*hamártema* = “erro” de espírito, poluição religiosa, em que o ser humano é tomado por forças sinistras que o arrastam e enlouquecem), por outro lado, era engolfada pela noção legal de *delito*⁽¹⁾. Tentativas primeiras de colocar ordem em um mundo ainda em grande parte dominado pelo *caos*, esse abismo insondável, vazio primordial, que antecede a ordenação do mundo⁽²⁾. Nesse período, as cidades gregas, em plena expansão, já solicitam um controle maior sobre as ações humanas; o caos ameaça, urge colocar ordem no mundo.

O socratismo e o platonismo expandirão essa disciplina imposta à realidade com a instituição das noções de Verdade e de Bem e a postulação de formas transcendentais e racionais, como critério avaliador do mundo: é o advento das Idéias, modelos capazes de selecionar o mundo através das boas e das más cópias: cópias-ícones e simulacros-fantasmas. Esse niilismo ganhará novo alento na era cristã, com a divinização do critério-avaliador-transcendente.

Deus permanece, então, em cena durante toda a Idade Média e atravessa a Idade Moderna, funcionando como o grande aliado de Descartes, no séc. XVII, para a instituição da consciência como *res cogitans*, critério para qualquer conhecimento possível. A crítica subsequente de Kant, se questiona a consciência substancializada posta por Descartes, termina por erigir uma nova consciência, depurada, em princípio transcendental: pensada como forma vazia, ela torna-se, então, fundamento universal do conhecimento.

O séc. XIX começa com o idealismo racionalista de Hegel, ainda totalmente apoiado na consciência e na divindade, e termina com Schopenhauer, Nietzsche e Freud, principais figuras disruptoras da hegemonia desses fundamentos metafísico-morais.

A noção de *inconsciente*, tal qual formulada por Freud, assentava-se em duas noções básicas. A primeira era a de *sexualidade*. O inconsciente era pensado como *desejo sexual recalcado*, na primeira tópica; e como *Id*, *Superego* e *parte do Ego*, na segunda tópica – noções estas

que giram, todas, em torno da sexualidade e das suas transformações. A segunda era a de *representação*: só as representações, segundo Freud, podiam ser recalçadas, portanto, todo o inconsciente recalçado era representado (o que quer dizer, etimologicamente: *re-apresentado*). Esse apego às representações poderia, num primeiro exame, sugerir o deslocamento da mesma dualidade de mundos, começada por Platão e continuada por Descartes, para o nível psíquico. Poderíamos, por exemplo, imaginar que as representações, ao serem recalçadas, permaneceriam inalteradas, operando como representações-modelo e produzindo cópias no psiquismo consciente. Nessa época, entretanto, a construção freudiana parecia caminhar na direção oposta, colocando em xeque todo o universo bem comportado dos critérios transcendentais modelares⁽³⁾. Pois a noção de *representação inconsciente*, assumida por Freud, parecia operar como um simulacro-fantasma, subvertendo e demolindo qualquer critério de verossimilhança, na exata medida em que incluía na sua própria definição os *ângulos* delineados pela conjuntura traumatizante e os *desvios subjetivos* decorrentes⁽⁴⁾. Não guardava, nesse sentido, qualquer relação com a *representação do objeto*, no sentido clássico do termo, primeiramente porque estava ligada ao sistema de *memória* e esta, na acepção freudiana, nunca descreveu um puro receptáculo de imagens, mas um desmembramento, uma multiplicação da recordação em várias redes associativas. Ou seja, por *traço mnésico*, Freud designava “...menos uma ‘impressão fraca’ que permanece numa relação de semelhança com o objeto, do que *um sinal sempre coordenado com outros* e que não está ligado a esta ou àquela qualidade sensorial” (Laplanche e Pontalis 5, p. 583, grifos meus).

Em segundo lugar, a representação inconsciente não podia guardar qualquer relação de verossimilhança com o objeto porque designava o que Freud chamou de *representação de coisa*, que é a representação dissociada da palavra capaz de designá-la, impossibilitada, assim, de reconhecimento por parte da consciência.

Dessa forma, o inconsciente freudiano era formado por representações incapazes de qualquer verossimilhança com o que quer que

fosse; constituídas na própria subjetividade e seus desvios, incapazes de assumir qualquer identidade nominal e fazendo-se representar de forma múltipla nas várias redes associativas, elas compunham um universo de fluxos transmutantes em devir. Não é por acaso que Freud, nos textos da *Metapsicologia*, descreve o inconsciente como atemporal, como lugar de convivência pacífica de contrários, como regido pelo processo primário, com suas condensações e deslocamentos; só pode funcionar assim um espaço que escape à tirania das Idéias, à disciplina dos modelos.

Nessa primeira etapa, o inconsciente freudiano parecia vir a serviço de uma expansão da vida por novas searas, propondo uma abertura a esse grande desconhecido que nos atravessa e nos constitui; nesse sentido, rompia o comodismo do chão firme e lançava o mundo novamente na aventura e no risco, criadores de devir. Nesse período, o que Freud fazia era, pois, desenvolver e dar forma terapêutica à tradição iniciada por Schopenhauer e Nietzsche. Esses autores tinham começado sua reflexão colocando a consciência no seu devido lugar, Schopenhauer postulando a Vontade como núcleo do mundo e como essência íntima do homem e descrevendo-a como destituída de consciência; Nietzsche indo um pouco mais longe.

Para este, linguagem e consciência estavam indissoluvelmente ligadas em seu desenvolvimento, ambas articuladas às necessidades de comunicação e de representação da vida gregária, ao seu funcionamento adaptativo, a consciência sendo uma aquisição tardia da humanidade. Freud pensava numa direção convergente, ao postular a consciência e o pré-consciente como formados por representações de coisas articuladas às respectivas representações de palavras; o inconsciente, ao contrário, por representações de coisas dissociadas das palavras capazes de propiciar-lhes reconhecimento. Para ambos, pois, *consciência* significava, fundamentalmente, *linguagem*; *inconsciente*, *experiência privada de representação verbal*. Nietzsche chega a afirmar que nossas experiências mais fundamentais não são tagarelas, porque lhes falta linguagem, que, aliás, só serve às coisas medíocres (*GD/CI* § 26). E que podemos pensar, sentir, querer, recordar, sem que para isso necessite-

mos de consciência, o que quer dizer, de qualquer representação verbal (FW/GC § 354).

Entretanto, enquanto Nietzsche empurra o inconsciente mais para a vertente da experiência inusitada, rara, indizível e irrepresentável pela vulgaridade do verbo, Freud tende a pensá-la na vertente do proibido: é a sexualidade moralmente condenada, capaz de gerar uma carga de angústia suficiente para expulsar da consciência a sua representação. Diferença de concepções que se constitui sobretudo pelo ângulo por onde se enfoca a experiência humana: o da nobreza de um lado, o da marginalidade, de outro; em ambos persiste, entretanto, a mesma marca de alteridade: *inconsciente é sempre o Outro da cultura dominante*. Desbravar ou fazer florescer o inconsciente significa, pois, *abrir a subjetividade e o mundo a esse Outro, avesso do instituído*.

Totalmente diferentes tornam-se as conseqüências disso tudo quando, a partir de 1910, a noção de *complexo de Édipo* começa a assumir nos textos de Freud um papel centralizador e codificador. Pois, a partir de então e cada vez mais, todos os desejos passam a encontrar um denominador comum: centram-se todos no triângulo pai-mãe-filho, como se tudo na vida se resumisse à família, à interdição do incesto, ao ingresso numa sexualidade modelar: renunciar a papai e mamãe para, um dia, vir a ser papai ou mamãe. Ora, é sobejamente conhecido o quanto essas formações sociais são pedras angulares da cultura e da moral dominantes, o quanto, a partir delas, se excluem e se marginalizam todas as outras formas, incompatíveis com tais modelos legitimados. Lacan, mais tarde, virá tentar dar dignidade a tudo isso; então dirá que se trata de algo mais fundamental: a própria fundação do inconsciente e conseqüente aquisição da linguagem, impossibilitadas sem o rompimento da simbiose mãe-filho. Não ingressar nessa suposta *Lei da Ordem* significa tornar-se psicótico; assim, as opções não são muitas: ou se aceita a inserção no modelo ou se está condenado à loucura. A partir desse rumo, a noção de *inconsciente* enreda-se num beco sem saída; desde *Totem e Tabu* até os escritos freudianos finais, tudo gira no mesmo círculo; a filogênese, de um lado, a cultura familiarista de outro, tudo se reduplica em significantes edipianos: desejo

incestuoso, inveja, fantasia de morte, culpa etc. etc. etc. O que parecia designar o Outro da cultura dominante ameaça tornar-se, então, a expressão mais direta da codificação disciplinar instituída.

Mas entenda-se bem: não se está, aqui, censurando Freud por se preocupar com as questões de transmissão dos códigos familiares, nem tampouco desconsiderando o papel central e nuclear que a família passou a desempenhar no mundo burguês, com o conseqüente confinamento da sexualidade infantil a esse universo modelar. Tudo isso é bastante conhecido, conceitualizado. O que é importante assinalar é que a ausência de uma avaliação crítica dos valores leva Freud a tomar por *universal* o que é *historicamente datado* e a reduzir o alcance da sua “peste”, confinando o inconsciente ao desejo edipiano recalcado e suas figuras modelares. Mesmo a ampliação posterior da noção, com a postulação do Id, do Superego e da parte inconsciente do Ego, se por um lado parece diversificar o conceito de inconsciente, não chega a alterar significativamente o rumo das coisas, pois, nessa etapa, o peso da *filogênese familiarista* sobre tais noções já é muito grande. É possível, inclusive, que o apego progressivo de Freud às explicações filogenéticas, universalizando biologicamente formas sociais, deva-se, em grande medida, à ausência de uma genealogia dos valores realmente crítica.

Contudo, poder-se-ia argumentar que Freud não opera essa redução em todos os níveis, que isso descreve mais uma tendência geral do que um fato consumado ou, enfim, que é sempre possível se descobrir inúmeros Freuds, cada vez que se relêem os seus textos. Também penso assim. É possível, inclusive, que a potência crítica de um livro importantíssimo como *O anti-Édipo* – escrito por Deleuze e Guattari no início dos anos 70 – tenha sido, em parte, diminuída pela maneira contestatória – e, até certo ponto, pouco nuançada – com que enfrentou os textos freudianos. Resquícios de maio de 68? É possível que sim. De qualquer maneira, essa forma beligerante acabou produzindo resistência em muitos psicanalistas. Naquela época, ouvi vários colegas comentando coisas do tipo: “Aquilo é *esquizoanálise*, não tem nada a ver conosco.”

Trazer Nietzsche para o interior do campo psicanalítico pode significar usá-lo como critério seletivo para descobrir, textualmente, o melhor dos Freuds: o mais criativo, o mais potente, o mais crítico, o que conseguiu olhar mais longe. Ou para detectar qual Freud é absorvido e digerido por Melanie Klein, por Bion ou por Lacan e a que valores servem tais transformações. Ou para avaliar as guinadas que provoca Winnicott e em que direções. Isso apenas à guisa de alguns exemplos.

Nietzsche conserva sobre os psicanalistas uma única mas *singular* vantagem: ter feito da sua *genealogia* uma prática de avaliação crítica dos valores; para ele, como diz Deleuze, trata-se de fazer passar através de todos os códigos *algo que não se deixa e não se deixará codificar*, que permanece numa certa distância crítica do mundo, entrando em ressonância com o seu devir, dissecando e avaliando os movimentos das suas forças, produtoras e disseminadoras de valores.

As conseqüências de uma depuração crítica da psicanálise são bastante preciosas no nível da clínica: trata-se, nada mais nada menos, de saber que *tipo de homem* queremos ajudar a construir, se um que seja *criador de valores* ou meramente *reprodutor*. O número de anos de prática clínica, na profissão psicanalítica, pode levar à ampliação progressiva da capacidade de *escuta*, mas também a um certo *excesso de familiaridade* com a alma humana, criando a ilusão de uma sabedoria pronta, acabada. Vi psicanalistas freudianos bastante experientes e conceituados operarem um tipo de diagnóstico inicial de um paciente e, ao concluírem tratar-se de uma histeria, por exemplo, sentirem-se absolutamente autorizados a encaminhar todo o “processo psicanalítico” na direção da interpretação do complexo de Édipo. Mas aí a psicanálise cessa como investigação e torna-se pura disseminação de pré-conceitos; o psicanalista, um produtor de subjetividades seriadas. Zaratustra perguntava a esse tipo de “sábio”:

“ Para mim, em tudo, assumis excessivas familiaridades para com o espírito; e da sabedoria, com freqüência, fazeis um asilo e um hospital para maus poetas.

Não sois águias: por isso não experimentastes tampouco a felicidade que há no terror do espírito. E quem não é pássaro não deve fazer o seu ninho sobre abismos.

Me resultais tíbios; mas fria é a corrente de todo conhecimento profundo. Gélidos são os poços mais íntimos do espírito: um alívio para mãos e trabalhadores ardentes.

Para mim, aí estais respeitáveis, tesos e empertigados: vós, sábios famosos! Nenhum vento ou vontade poderosos vos empurram.

Nunca vistes uma vela caminhar por sobre o mar, arredondada, inflada e trêmula pelo ímpeto do vento? Igual à vela, trêmulo pelo ímpeto do espírito, caminha por sobre o mar a minha sabedoria – a minha sabedoria selvagem!

Mas vós, servidores do povo, vós, sábios famosos – como *poderíeis* caminhar junto a mim?” (Za/ZA II Dos sábios famosos).

É provável que a psicanálise, neste final de século, ainda tenha a aprender com vós de águia sobre abismos, correntes geladas e o ímpeto do vento sobre velas no mar. Quem sabe Nietzsche possa ensinar-nos um pouco desses diferentes tremores do espírito.

Abstract: This essay has by theme the possible relations between Nietzsche's *genealogy* and *psychoanalysis*. First of all, it examines the controversies that cross the historical relation between Nietzsche's and Freud's production; then it exemplifies the use of Nietzsche's genealogy as a critic evaluating tool of psychoanalysis. In that purpose, it takes the concept of *unconscious* and discusses its transformations all over Freud's work and the values which those changes produced. It concludes that the growing identification/superposition between the concept of *unconscious* and the concept of *Oedipus complex* transformed the purpose of *an opening to the unknown part of soul* into a new form of *family shaping*.

Key-words: genealogy – psychoanalysis – consciousness – unconscious – Oedipus complex – opening to the unknown part of soul – family shaping.

Notas

- (1) Mais tarde, Aristóteles oporá a noção de *hamártema* às de *adíkema* = delito intencional e *atýchema* = acidente imprevisível, inteiramente estranho às intenções e ao saber do agente (Vernant e Vidal-Naquet 9, p. 45-6).
- (2) Este é o sentido etimológico do termo segundo Brandão 2, p. 184.
- (3) Nesse trajeto, sigo os desenvolvimentos já realizados por mim num ensaio intitulado “O inconsciente e os fluxos nômades” (Naffah Neto 7).
- (4) Segundo Deleuze, os simulacro-fantasmas extraem a sua potência, subversora das Idéias, desse tipo de inclusão (Deleuze 4).

Referências Bibliográficas

1. ASSOUN, P.-L. *Freud e Nietzsche – semelhanças e dessemelhanças*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
2. BRANDÃO, J. *Mitologia grega*. vol. I. Petrópolis, Vozes, 1986.
3. DELEUZE, G. “Pensamento Nômade”. In: Marton, S.(org.) *Nietzsche hoje?* São Paulo, Brasiliense, 1985.
4. _____. “Platão e o simulacro”. In: *Lógica do sentido*. São Paulo, Perspectiva, 1982.
5. LAPLANCHE, J. e Pontalis, J.B. *Vocabulário da Psicanálise*. Santos, Martins Fontes, 1970.
6. LEHER, R. *Nietzsche’s presence in Freud’s life and thought*. Albany, State University of New York Press, 1995.
7. NAFFAH NETO, A. *Paixões e questões de um terapeuta*. São Paulo, Ágora, 1989.

8. NIETZSCHE, F. *Werke. Kritische Studienausgabe*. Edição organizada por Giorgio Colli e Mazzino Montinari. 15 vols. Berlim, Walter de Gruyter & Co., 1967-78.
9. VERNANT, J. P. e VIDAL-NAQUET, P. *Mito e tragédia na Grécia antiga*. São Paulo, Duas Cidades, 1977.